

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.835.423 - RS (2019/0259798-6)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**RECORRENTE : JUSSARA TEREZINHA GIACOMELLI**  
**ADVOGADO : RODRIGO DE SOUZA KERSTING - RS107705**  
**RECORRIDO : LIQUIGAS DISTRIBUIDORA S.A.**  
**ADVOGADO : CARLOS JERÔNIMO ULRICH TEIXEIRA - RS022666**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por JUSSARA TEREZINHA GIACOMELLI, com fundamento nas alíneas "a" e "c" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, contra acórdão proferido pela Décima Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado (fl. 408):

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.

PEDIDO DE CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO AO RECURSO. NÃO CONHECIMENTO. INOBSERVÂNCIA AO PROCEDIMENTO PREVISTO PELO ARTIGO 1.012, § 3º, INCISOS I E II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. APELO NÃO CONHECIDO NO PONTO. SOBRESTAMENTO DA DEMANDA. INVIABILIDADE. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL OU ORDEM JUDICIAL ORIUNDA DA CORTE ESPECIAL HÁBIL À PARALISAÇÃO DAS DEMANDAS QUE VERSEM SOBRE A MATÉRIA EM DISCUSSÃO NESTES AUTOS. ASTREINTES. EXECUÇÃO DE MULTA DIÁRIA. EXIGIBILIDADE. PRÉVIA INTIMAÇÃO PESSOAL DO OBRIGADO QUE SE CONSTITUI EM PRESSUPOSTO À EXIGÊNCIA DA MULTA ARBITRADA PARA O CASO DE DESCUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO DE FAZER OU NÃO FAZER NOS TERMOS DA ORIENTAÇÃO CONSTANTE DA SÚMULA 410 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DESTA CORTE ESTADUAL. DECISÃO MANTIDA. PREQUESTIONAMENTO. DESNECESSIDADE DE QUE O ÓRGÃO JULGADOR SE MANIFESTE EXPRESSAMENTE A RESPEITO DAS TESES E DISPOSITIVOS LEGAIS APONTADOS PELAS PARTES QUE NÃO SE

MOSTREM CAPAZES DE INFIRMAR A CONCLUSÃO ADOTADA PELO MAGISTRADO. HONORÁRIOS RECURSAIS. RECURSO INTERPOSTO SOB A VIGÊNCIA DA LEI 13.105/2015. INCIDÊNCIA DO DISPOSTO NO ARTIGO 85, § 11, DA REFERIDA LEGISLAÇÃO. NECESSIDADE DE MAJORAÇÃO DA VERBA HONORÁRIA. CASO CONCRETO EM QUE A REMUNERAÇÃO DOS PROCURADORES RESTOU ESTABELECIDADA, PELA DECISÃO RECORRIDA, NO LIMITE MÁXIMO LEGALMENTE PERMITIDO. MANUTENÇÃO DO *QUANTUM*.  
UNÂNIME. CONHECERAM PARCIALMENTE DO RECURSO E, NA PARTE CONHECIDA, NEGARAM-LHE PROVIMENTO.

A recorrente sustenta ofensa ao art. 513, § 2º, do Código de Processo Civil de 2015, bem como divergência jurisprudencial, alegando que é prescindível a intimação pessoal da parte para início do prazo para cumprimento de obrigação de fazer.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Conforme consignado no acórdão recorrido, a jurisprudência desta Corte orienta que "a prévia intimação pessoal do devedor constitui condição necessária para a cobrança de multa pelo descumprimento de obrigação de fazer ou não fazer" (Súmula 410/STJ).

No caso em exame, a recorrente argumenta que deve ser afastada a aplicação da referida Súmula sob a alegação de que não é aplicável às decisões proferidas após o advento do atual Código de Processo Civil, concluindo por desnecessária a intimação pessoal do executado para o cumprimento de sentença de obrigação de fazer, a fim de viabilizar a cominação de pena de multa diária, bastando a intimação do advogado via imprensa oficial.

Ocorre que a Segunda Seção desta Corte orienta que "o entendimento consubstanciado no enunciado n. 410 da Súmula do STJ se aplica tanto aos procedimentos instaurados na vigência do CPC/1973 - inclusive os posteriores à entrada em vigor da Lei n. 11.232/2005 -, quanto àqueles iniciados na vigência do CPC/2015" (AgInt no Resp 1728194/MG, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe 22.10.2019).

Confirmam-se, a propósito, os seguintes precedentes:

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. CONDENAÇÃO EM OBRIGAÇÃO DE FAZER, COM COMINAÇÃO DE ASTREINTES. SITUAÇÃO REGIDA PELO CPC/1973. NECESSIDADE DA INTIMAÇÃO PESSOAL DO EXECUTADO. SÚMULA N.º 410 DO STJ. DIVERGÊNCIA NÃO CONFIGURADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N.º 168/STJ. EMBARGOS INDEFERIDOS LIMINARMENTE. DECISÃO MANTIDA EM SEUS PRÓPRIOS TERMOS. ACÓRDÃO RECENTE DA CORTE ESPECIAL. JURISPRUDÊNCIA REAFIRMADA. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. "É necessária a prévia intimação pessoal do devedor para a cobrança de multa pelo descumprimento de obrigação de fazer ou não fazer antes e após a edição das Leis n. 11.232/2005 e 11.382/2006, nos termos da Súmula 410 do STJ, cujo teor permanece hígido também após a entrada em vigor do novo Código de Processo Civil" (EResp 1.360.577/MG, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, Rel. p/ Acórdão Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/12/2018, DJe 07/03/2019).

2. Incidência do Verbete Sumular n.º 168/STJ: "Não cabem embargos de divergência, quando a jurisprudência do Tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado." 3. Agravo interno desprovido. (AgInt nos EREsp 1119797/DF, Rel. Ministra LAURITA VAZ, CORTE ESPECIAL, DJe 31.5.2019);

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. OBRIGAÇÃO DE FAZER. DESCUMPRIMENTO. MULTA DIÁRIA. NECESSIDADE DA INTIMAÇÃO PESSOAL DO EXECUTADO. SÚMULA 410 DO STJ.

1. É necessária a prévia intimação pessoal do devedor para a cobrança de multa pelo descumprimento de obrigação de fazer ou não fazer antes e após a edição das Leis n. 11.232/2005 e 11.382/2006, nos termos da Súmula 410 do STJ, cujo teor permanece hígido também após a entrada em vigor do novo Código de Processo Civil.

2. Embargos de divergência não providos.

(EResp 1360577/MG, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, Rel. p/ Acórdão Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE

ESPECIAL, DJe 7.3.2019);

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. OBRIGAÇÃO DE FAZER. MULTA COMINATÓRIA. CUMPRIMENTO DE DECISÃO. INTIMAÇÃO. NECESSIDADE. SÚMULA Nº 410/STJ.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. É necessária a prévia intimação pessoal do devedor para a cobrança de multa pelo descumprimento de obrigação de fazer ou não fazer antes e após a edição das Leis nºs 11.232/2005 e 11.382/2006, nos termos da Súmula nº 410/STJ, cujo teor permanece hígido também após a entrada em vigor do Código de Processo Civil de 2015.

Precedentes.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1366925/SE, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe 27.8.2019);

Estando o acórdão recorrido em sintonia com a jurisprudência deste Superior Tribunal, incide o enunciado n. 83 da Súmula do STJ.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso especial.

Intimem-se.

Brasília/DF, 25 de novembro de 2019.

Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora